

INCLUSÃO DIGITAL NAS ESCOLAS DIGITAL INCLUSION IN SCHOOLS

Maria Gonçalo da Silva¹
Diógenes José Gusmão Coutinho²

RESUMO: Sabe-se que escola tem uma função que vai muito além da acadêmica, agindo na transformação social e cultura de um indivíduo. Na contemporaneidade, há no ambiente escolar, uma conjugação indissociável entre tecnologia e educação. Nesta perspectiva, se faz necessário que os alunos se apropriem das tecnologias de acesso à informação e de comunicação perpassando novos moldes educativos. Assim, podemos falar então de inclusão digital, e como representa uma mudança positiva no paradigma social, cultural, político e ético de uma sociedade contemporânea e digital. Ante ao exposto, a proposta desse estudo concentra-se em expor e analisar como se materializa a inclusão digital no Brasil quais são as possibilidades e limitações vivenciadas. Em termos metodológicos, aclara-se que este estudo se desenvolveu por meio de uma revisão bibliográfica e documental exploratória, com um método de abordagem de caráter quanti-qualitativo. A pesquisa foi realizada nos meses de agosto e setembro do ano de 2021 a partir de livros e documentos impressos, como também nas seguintes bases de dados: SciELO e Periódicos Capes. Por fim, considerou-se que a tecnologia na educação é cada vez mais necessária, visto que por ser a educação uma área social, esta sofre intimamente influência das transformações tecnológicas que permeiam o mundo contemporâneo. Diante disso, a inclusão digital e ruptura e vencimento de barreiras que favorecem a desigualdade digital são essenciais, visto a tamanha importância em se constituir alunos letrados digitalmente e possibilitados de acesso às tecnologias de acesso à Internet.

Palavras – Chave: Educação. Inclusão Educacional. Desigualdade digital. Inclusão Digital.

ABSTRACT: It is known that school has a function that goes far beyond academic, acting in the social and cultural transformation of an individual. In contemporary times, there is an inseparable combination of technology and education in the school environment. In this perspective, it is necessary that students take ownership of technologies for accessing information and communication, passing through new educational models. So, we can speak then of digital inclusion, and how it represents a positive change in the social, cultural, political and ethical paradigm of a contemporary and digital society. Given the above, a proposal of this study focuses on exposing and analyzing how digital inclusion materializes in Brazil and what are the possibilities and limitations experienced. In methodological terms, it is clear that this study is developed through an exploratory bibliographic and documentary review, with a quantitative and qualitative approach method. The survey was conducted in August and September 2021 from printed books and documents, as well as in the following databases: SciELO and Capes Periodicals. Finally, it is considered that technology in education is increasingly necessary, since education is a social area, it is intimately influenced by the technological changes that permeate the contemporary world. Therefore, digital inclusion and breaking and overcoming barriers that favor digital inequality are essential, given the great importance of educating students who are digitally literate and have access to Internet access technologies.

Keywords: Education. Educational Inclusion. Digital inequality. Digital inclusion.

¹ Graduação em História pela Faculdade Autarquia de Ensino Superior de Goiana- FADIMAB; Pós-graduação em História do Brasil pela Faculdade Autarquia de Ensino Superior de Goiana-FADIMAB; Mestrado em Ciências da Educação pela *Universidad Grendal*. E- mail:maria.goncalo@hotmail.com.

² Professor Doutor da Universidade Federal de Pernambuco.

INTRODUÇÃO

A inclusão é um tema que possui uma grande ressalva na sociedade contemporânea, principalmente no que diz respeito à inclusão no âmbito escolar, visto que convivência com os outros e com o meio ambiente é onde que as necessidades de qualquer ser humano se mostram serem necessárias de compreensão e atendimento, mediante de independentemente das necessidades educacionais dos indivíduos.

A escola tem uma função que vai muito além da acadêmica, agindo na transformação social e cultura de um indivíduo. Segundo Sampaio; Sampaio (2009, p. 44) implica também uma “formação moral, ética, estética e política”. Assim, uma escola deve promover um ensino respeitoso e com significado para cada aluno, ao mesmo tempo que favorece o desenvolvimento da consciência de igualdade social e de dignidade humana, permeado por direitos e deveres. Isso resulta em um ensino inclusivo.

Tradicionalmente, a conjugação entre tecnologia e educação era vista como algo improvável, insustentável e, até mesmo, inviável. Mas o que se presencia é uma alteração desta realidade, no entanto, são diversos os autores que defendem tal conjugação, como, por exemplo, Mercado (2002), Kenski (2007), e Imbernón (2009).

De acordo com esses autores existe uma indissociabilidade entre tecnologias e educação, haja vista que os dois termos buscam uma integração efetiva e social do indivíduo, tornando-o capaz de agir ativamente e transformar a realidade da sociedade na qual está inserido.

Ademais, para que esse indivíduo chegue a ser transformador e se torne protagonista da sua própria história é preciso que ele consiga se apropriar dessas novas tecnologias a fim de se inserir nesses novos moldes socioeducativos, sendo não mais um sujeito passivo nesse processo, mas sim um construtor ativo do seu desenvolvimento e conhecimento.

Assim, podemos falar então de inclusão digital, e como representa uma mudança positiva no paradigma social, cultural, político e ético de uma sociedade contemporânea e digital. Diante dessas considerações, a proposta desse estudo concentra-se em expor e analisar como se materializa a inclusão digital no Brasil e quais são as possibilidades e limitações vivenciadas.

Não obstante, para que a proposta ora apresentada fosse definida, considerou-se a importância e a relevância do presente estudo para a academia e também para a prática social em sala de aula. Desta forma, serão destacadas algumas perspectivas que

contribuirão para justificar a necessidade do estudo. Deste modo, acredita-se ser de suma importância a presente pesquisa por trazer grandes contribuições não apenas para o meio acadêmico, mas também a possibilidade de discutir entre os diferentes segmentos (professores, coordenação escolar e gestores), bem como ampliar a discussão sobre a inclusão digital e sua importância no processo de ensino – aprendizagem contemporâneo.

METODOLOGIA

Em termos metodológicos, aclara-se que este estudo se desenvolveu por meio de uma revisão bibliográfica e documental exploratória, com um método de abordagem de caráter quanti-qualitativo.

A pesquisa foi realizada nos meses de agosto e setembro do ano de 2021 a partir de livros e documentos impressos, como também nas seguintes bases de dados: SciELO e Periódicos Capes. Os descritores utilizados nestas bases de dados foram: Educação; Inclusão Educacional; Desigualdade digital; e Inclusão Digital.

Para critério de inclusão das referências bibliográficas utilizadas para este estudo, foi enfatizado o fato de que estas devessem abordar sobre a temática pressuposta neste estudo, não havendo assim restrições quanto ao ano de publicação, visto que autores com publicações mais antigas podem ser também pertinentes ao cumprimento dos objetivos deste estudo. As referências bibliográficas dos artigos, livros e estudos foram examinadas para possíveis referências adicionais.

Mesmo não havendo o envolvimento de pessoas, esta pesquisa guiara-se por preceitos éticos de estudos acadêmicos. Ressalta-se que se objetiva a integridade desta pesquisa científica, sob o propósito de garantir uma prática ética na produção científica ou intelectual. Supõe-se que para o desenvolvimento deste tipo de pesquisa, não há riscos. Quanto aos benefícios, os resultados destas pesquisas serão um produto científico, e acredita-se, que desta forma, poderão impulsionar o meio acadêmico e profissional ao se fornecer informações válidas sobre inclusão digital nas escolas.

DESENVOLVIMENTO COMENTÁRIOS SOBRE UMA SOCIEDADE TECNOLÓGICA E A INCLUSÃO DIGITAL NAS ESCOLAS

Vivenciamos constantes processos de transformação tecnológica. Com advento de tecnologias como a Internet e os aparelhos como *smatphones*, computadores notebooks e outros, vivemos um ambiente, um mundo interligado pela tecnologia, pela troca

constante e rápida de informações (COSTA; DAL FORNO, 2011).

Adjunto à estes avanços tecnológicos, o que se vivencia também são os desenvolvimento social, cultural e econômico da sociedade. Mas as vantagens vão além, e abraçam a possibilidade de poderio e assimilação do conhecimento (FONSECA, 2005).

A escola contemporânea hoje pode vislumbrar o uso de tecnologias facilitadoras do processo de ensino – aprendizagem. Pelo fato de que, de acordo com Garcia (2013, p. 31), a escola contemporânea pertencer ao momento tecnológico considerado pelo autor como “revolucionário”, as tecnologias surgem como novas possibilidades, bem como aproximam-se da realidade dos alunos, visto que as mídias fazem parte do cotidiano do educando, sendo então algo prazeroso e estimulante. Mattar (2000) afirma que os alunos mudaram de uma forma radical e atualmente são falantes nativos da linguagem digital de computadores e internet.

É, portanto, concebível que a educação precise integrar a tecnologia em seu contexto diário, bem como auxiliar todos os envolvidos no processo de desenvolvimento do ensino e aprendizagem a dominar as técnicas e os recursos disponíveis das mídias. O educador deve ampliar seus horizontes, para que o aluno seja beneficiado com novas ferramentas, sendo também responsabilidade da escola, por meio dos seus gestores, a integração da cultura tecnológica no seu cotidiano.

Assim, têm-se o termo Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). “Entende-se que TIC consistem de todos os meios técnicos usados para tratar a informação e auxiliar na comunicação” (VIEIRA, 2011, p. 25). As TIC são sinônimos das TI (tecnologias da informação) e referem-se, de uma forma generalista, a todas as formas de transmissão de informação por meio da tecnologia. Assim, as TIC são um conjunto de recursos tecnológicos, que de forma integrada transmitem informações e possibilitam a comunicação.

Ainda ressaltando a importância da utilização das TIC's no âmbito educacional Oliveira, Moura e Souza (2015, p. 78) escrevem que as “[...] TIC possibilitam a adequação do contexto e as situações do processo de aprendizagem às diversidades em sala de aula”. Essa adequação justifica-se pelas possibilidades de atender de forma adequada conforme necessidades diversas.

Imbérnon (2010) acrescenta que, escola, da administração e da própria sociedade. (IMBERNÓN, 2010, p. 36).

[...] Para que o uso das TIC signifique uma transformação educativa que se transforme em melhora, muitas coisas terão que mudar. Muitas estão nas mãos dos próprios professores, que terão que redesenhar seu papel e sua responsabilidade na escola atual.

De acordo com Sampaio e Leite (2000) para a instituição educativa alcançar seus objetivos ela precisa contar com professores capazes de captar, entender e utilizar na educação as novas linguagens das mídias. Ainda segundo as autoras,

[...] Existe, portanto, a necessidade de transformações do papel do professor e do seu modo de atuar no processo educativo. Cada vez mais ele deve levar em conta o ritmo acelerado e a grande quantidade de informações que circulam no mundo de hoje, trabalhando de maneira crítica com a tecnologia presente em nosso cotidiano (SAMPAIO; LEITE, 2000, p. 19).

Nesse contexto, fica evidente que as tecnologias devam ser sim empregadas no ambiente educacional, desde que haja preparo dos profissionais envolvidos, bem como dos objetivos e focos dessa utilização. Mattar (2000, p.06) defende a ideia que “[...] os alunos aprendem de maneiras distintas, portanto os professores precisam utilizar múltiplas estratégias [...] atendendo às necessidades diversas dos diferentes indivíduos”.

Neste sentido, Tedesco (2004) afirma que,

[...] não há dúvida de que a utilização dessas tecnologias pode-se se tornar um instrumento muito importante no processo de aprendizagem. Além disso, sua presença já é um fato em múltiplos aspectos da vida social, e não há razão para que não o seja na educação. O problema central, entretanto, é que a educação deve formar as capacidades que conformam um comportamento inteligente: observação, comparação, classificação etc. Dessa perspectiva, o uso das tecnologias não é um uso em si mesmo, mas uma função do desenvolvimento cognitivo. (TEDESCO, 2004, p. 68).

Contudo, é preciso deixar esclarecido que apenas o uso da tecnologia não favorece a aprendizagem, mas sim como será realizada a intervenção pedagógica. Cabe as escolas usarem currículo, e mais, é preciso cuidar para que o processo de ensino e de aprendizagem não seja substituído pela máquina, pois essa sem interlocução, de nada se aproveita.

Assim, nota-se a importância dos resultados advindos dos avanços tecnológicos e das TIC no processo educativo, como também provocando mudanças significativas nas forças produtivas, nas relações de produção e nas formas de sociabilidade humana (SILVA, 2018). O mesmo autor observa que,

[...] a revolução digital ocorrida com o advento das novas TICs, principalmente, o computador e a internet, mudaram profundamente a maneira como as pessoas pensam, atuam, se comunicam e trabalham, com novas maneiras de criar conhecimentos, educar e transmitir informação (SILVA, 2018, p.24).

Além do mais, o acesso à aparelhos e à conexão na Internet não é uma realidade

que pode ser vivenciada por todos os alunos. Ainda observa-se a precária a utilização de recursos didático tecnológicos, especialmente os digitais em escolas públicas (PADILHA; ABRANCHES, 2010; PADILHA; ABRANCHES, 2013).

Assim pode-se então falar em inclusão digital nas escolas, tida como um direito humano que deriva dos avanços propiciados pelas tecnologias digitais contemporâneas. É necessário, que hoje, os alunos tenham acesso às diversas linguagens, inclusive e, principalmente, as digitais, pois vivem em um mundo digital. Padilha (2018 p.02) comenta que, “[...] é fundamental compreender a inclusão digital dos alunos das escolas públicas e de qualquer criança e adolescente, como um direito humano, imprescindível para sua vida na sociedade atual”.

Andrade (2012) comenta que as crianças e adolescentes são os maiores integrantes da cultura digital porque são contemporâneos a ela, mas que isso não impede que não sejam considerados incluídos digitalmente, e isso se deve por inúmeros fatores que serão discutidos mais à frente.

Aí está um paradoxo: enquanto as transformações tecnológicas “[...] ampliaram diversas fronteiras, uma grande parcela da população não tem acesso às novas tecnologias, o que gerou uma nova forma de desigualdade social: a desigualdade digital” (SILVA, 2018, p.25).

É sabido que o acesso à meio digital é diferenciado conforme classes e povos. Muitos estão marginalizados à pobreza e não conseguem o mínimo de acesso, já outros conseguem acessar, mas os recursos materiais por vezes são obsoletos e insuficientes (CERVERÓ et al., 2011).

No âmbito de escolas públicas brasileiras, por exemplo, o não acesso ou o acesso sem qualidade, sem suficiência, é uma realidade, e diante disso, é notável a ruptura com o direito humano da inclusão digital, vislumbrado pelo não favorecimento de oportunidades iguais e pelo favorecimento situações de vida cada vez mais desumanizantes para as pessoas mais pobres (SILVA, 2018).

Assim, vivenciamos um paradoxo, tal qual Silva (2018) já havia comentando e conforme já foi descrito deste estudo. Tal paradoxo consiste basicamente na disparidade existente em um mundo contemporâneo caracterizado por transformações tecnológicas ao mesmo tempo em que há uma desigualdade digital.

Por vezes, a exclusão digital não refere-se somente à falta de acesso ou à equipamentos que possibilitem o acesso. Por vezes, e muitas, o indivíduo é munido de

possibilidades de acesso e equipamentos, mas é considerado, como chama alguns estudiosos sobre o tema como Silveira (2001) e Sorj (2003), de analfabeto digital. Mas este é um tema que não advém aos objetivos deste estudo, mas que foi comentado apenas à título informativo.

Duran (2008) compadeceu dos mesmos pensamentos de Silveira (2001) e Sorj (2003). O autor em consonância com a problemática do analfabetismo digital discorre que é preciso se pensar em uma alfabetização não somente “robótica” ou “automática”, é preciso ajudar ao aluno na mobilização de conhecimentos e ferramentas para que esse possa desenvolver capacidades e habilidades, tornando-o um cidadão autônomo, capaz de ser protagonista em sua própria construção de conhecimento.

Ainda sobre a questão do analfabetismo digital, Silva (2018) considera que,

[...] em um primeiro momento, foi fundamental ter acesso aos computadores conectados à internet, mas para avançar a outro estágio de inclusão, é preciso ir além, principalmente, com relação ao desenvolvimento de habilidades relacionadas à cognição e ao “letramento digital” (SILVA, 2018, p.56).

Continuando, a inclusão digital interage com o sentido de desenvolvimento sócio-econômico, cultural e liberdade, e a não existência dela, nas palavras de Sen (2000), seria então uma desigualdade, uma privação de liberdade. Assim, o acesso às TIC seriam a materialização construtiva da inclusão digital.

Como afirma Silveira (2001),

[...] A exclusão digital ocorre ao se privar as pessoas de três instrumentos básicos: o computador, a linha telefônica e o provedor de acesso. O resultado disso é o analfabetismo digital, a pobreza e a lentidão comunicativa, o isolamento e o impedimento do exercício da inteligência coletiva (SILVEIRA, 2001, p.18)

Com base no acima exposto, percebe-se então a que definição simples de exclusão digital abrange o entendimento da privação do acesso a equipamentos e a conectividade. Santos (2006) não concorda com a utilização do termo “excluído” “para definir aqueles que estão em situação de privação de acesso e equipamentos no mundo contemporâneo. Para o autor, esse termo é abrangente demais e não mede a as intensidades e regularidades, recomendando então se utilize o termo “desigualdade digital”.

Para Santos (2006),

[...] A expressão “exclusão digital” carrega o apelo e o sentido de urgência da palavra-grito “exclusão”, mas peca por passar a impressão do sim-ou-não, do tudo-ou-nada, e de uma homo- geneidade que falseia a diversidade real das privações sob exame, e do seu combate (SANTOS, 2006, p. 43).

Moraes, Laurino e Machado (2013) concordam com Santos (2006) sobre a

terminologia correta para casos de exclusão de acesso digital, ou seja, de desigualdade digital, uma vez que se posiciona sobre a contemporaneidade de desigualdade do acesso à informação vivenciados no Brasil, assim como também a falta de conhecimento e prática técnica para manuseio de equipamentos para este fim. De fato o acesso não está ao alcance de todos.

Silva (2018) aponta dados bastante interessantes, sobre a situação de exclusão digital, ou melhor, de desigualdade digital no Brasil. A autora exemplifica que,

[...] No Brasil, os indicadores mostram que apenas 21% da população com 10 ou mais anos acessa a internet, seja no domicílio, escola, trabalho, centros gratuitos ou pagos [...] uma pessoa branca, com maiores rendimentos e que mora no Distrito Federal, conecta-se 76,5% mais do que um indivíduo negro, com menores níveis de rendimento, morando em Alagoas, que tem apenas 0,5% de acesso (SILVA, 2018, p.59).

Essas facetas de desigualdades digitais exemplificadas por Silva (2018) representam a privação do acesso da população mais pobre ao computador, à internet e aos conhecimentos básicos para utilizá-los. A população mais pobre abrange aqueles estudantes de escolas públicas brasileiras, os quais não, ou pouco, se beneficiam de programas de inclusão digital voltados para a área educacional (FERNANDES; SILVA, 2016).

De fato o Brasil possui políticas públicas voltadas à inclusão digital de todo alunado e docentes para as novas práticas pedagógicas. O Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO) é um exemplo de programa educacional criado pela portaria n 522/MEC de 09 de abril de 1997 para promover o uso pedagógico das TIC na rede pública do ensino fundamental e médio (BRASIL, 1997).

No entanto, tais programas, como o acima citado, e dentre vários outros, não mostram-se suficientes para romper com as limitações e dificuldades vivenciadas pelos estudantes de escolas públicas brasileiras. Acerca disso, Waiselfisz (2007) confirma,

[...] O que queremos apontar é, simplesmente, que tais esforços estão sendo insuficientes para superar as desigualdades. Com o ritmo atual, demoraremos algumas décadas para atingir os níveis que países avançados apresentam hoje. E, nesse futuro, tais países já deverão estar em outro patamar, bem mais distantes (WASELFISZ, 2007, p. 44).

Complementando, Silva (2018) adita que de fato não existe uma estratégia nacional de inclusão digital que faculte amplamente a democratização de acesso às tecnologias de acesso, e com isso, subsequentemente, alunos de escolas públicas são abrangidos.

Pensar em inclusão digital nas escolas, não é só pensar na instalação e disponibilização de equipamentos que possibilitem o acesso dos alunos à Internet. É preciso que se atrele a isso o papel do discente enquanto mediador do conhecimento e fomentador da “[...] expansividade ao pensamento, e um novo mar de conhecimentos e despertando curiosidades dos alunos” (LOPES; SALGADO; FORTUNATO, 2020, p.29).

Como havia-se comentado anteriormente, há certas fatores que condicionam barreiras para a inclusão digital. Dentre eles, por exemplo, Reis et al., (2018) aponta a limitação de conexão à Internet, visto que muitos municípios brasileiros ainda vivenciam a falta de acesso ou a baixa velocidade de navegação. Os autores também ressaltam que há ausência de pontos de acesso nas escolas públicas destinado aos alunos.

Dantas, Nascimento e Couto (2018) acrescentam enquanto limitação a formação docente, seja ela inicial ou continuada, a qual por vezes não abrange o uso de recursos e tecnologias. Assim o processo formativo do docente precisa ser adequado e abranger tais tecnologias de informação e comunicação. Acerca disso, Ferrete e Santos (2020) comentam que,

[...] Essa ausência da abordagem tecnológica seja nos cursos de formação inicial ou continuada, dificultam o trabalho pedagógico; as aulas permanecem teóricas e ociosas, com pouca produtividade e interação por parte dos alunos (nativos digitais), que aprendem de formas diferentes, e traçam conexões virtuais no ciberespaço que os direciona a aprendizagem autônoma, quando são motivados a buscar (FERRETE; SANTOS, 2020, p.27).

Na mesma perspectiva de Dantas, Nascimento e Couto (2018) e Ferrete e Santos (2020), Lopes, Salgado e Fortunato (2020) acrescem que há muitos educadores e profissionais da educação que não possuem prática e/ou hábito de manuseio para acesso à Internet e equipam infraestrutura tecnológica à nível de escolas públicas. De fato, como já citado aqui neste estudo, há programas e políticas públicas com o propósito resolutivo para a questão de desigualdade digital, mas estas mostram-se ineficientes a longo prazo e também por não abarcarem a resolução de problemas que envolvem a aplicabilidade das tecnologias, como exemplo, qualificação dos professores, baixa qualidade de acesso à internet e até mesmo manutenção dos equipamentos e rede elétrica insuficiente para o fim.

Desiderá e Zuben (2013), Prioste (2016) e Prioste e Raiça (2017) apontam ainda mais limitações para a inclusão digital nas escolas brasileiras, a saber: a necessidade de capacitação dos docentes, melhores condições de trabalho, melhores salários e formação

continuada a fim de torná-los familiarizados com os ambientes digitais e mais motivados com o exercer profissional como um todo; a necessidade de promoção de acesso aos conteúdos significativos de cidadania e empregabilidade fomentando uma formação cultural ampla, humanística e crítica; necessidade de melhoria da segurança e confiabilidade online para o acesso de crianças e adolescentes; e a falta de suporte técnico de hardware e de software nas escolas contínuo e efetivo.

Destarte, ressalta-se que a inclusão digital não exclui o uso de meios impressos e outras práticas pedagógicas, muito pelo contrário, os dispositivos tecnológicos e o acesso à internet, quando usados para fim educacional de maneira correta e complementar e ainda superando as dificuldades vivenciadas para seu uso, reforçam a qualidade do processo de ensino- aprendizagem. “[...] dispor de um computador em sala de aula com acesso permanente às enciclopédias virtuais produz efeitos pedagogicamente mais interessantes” (PRIOSTE; RAIÇA, 2017, p.870).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabendo que a sociedade contemporânea é influenciada e influencia a tecnologia possibilitando a transformação humana em diversos setores como econômica, política, educação, saúde e outros, ora, pois, a tecnologia interfere no desenvolvimento tecnológico em prol das necessidades particulares dos grupos sociais. Para que essa seja efetiva e satisfatória ao ambiente escolar e auxilie no desenvolvimento social e educacional dos alunos, a tecnologia deve ser ofertada de forma qualificada, responsável e intencionada, pois quando, e se bem utilizada, a tecnologia oportuniza descobertas e reflexões que propiciarão um aprender mais significativo e exploratório.

Assim, tendo a ciência de que a tecnologia na educação é cada vez mais necessária, visto que por ser a educação uma área social, esta sofre intimamente influência das transformações tecnológicas que permeiam o mundo contemporâneo. Diante disso, a inclusão digital e ruptura e vencimento de barreiras que favorecem a desigualdade digital são essenciais, visto a tamanha importância em se constituir alunos letrados digitalmente e possibilitados de acesso às tecnologias de acesso à Internet.

Aclara-se que não houveram restrições quanto ao desenvolvimento do estudo, visto que a literatura que trata sobre o tema é bastante vasta. Por fim, considera-se que para futuros diagnósticos sobre o tema, sugere-se realizar novas observações e análise de mais vertentes que tratem sobre a prática docente e qual a importância da formação

continuada para que haja uma inclusão digital e forma eficiente, qualificada e igualitária.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M.H.M; SILVA, E.M.S PADILHA, M.A.; et al. Ser autor é se incluir?: Criação de vídeos digitais com jovens de periferia. In: X Congresso Internacional de Tecnologia na Educação. Recife: Senac, 2012.

AUVERLOT, D; HAMELIN, J; LEJEUNE, E; et al.
Le fossé
numérique en France. França: Premier Ministre, Centre d'analyse stratégique, 2011.
Disponível em: <http://www.strategie.gouv.fr/content/le-fosse- numerique-en-france>
Acesso em: 25. Agos. 2021.

COSTA, L.M; DAL FORNO, G.M.B. Inclusão digital nas escolas: uma realidade para todos?um estudo a partir das escolas da rede estadual de ensino no município de Santa Maria. 2011. Disponível em:
https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/1425/Costa_Lucimara_Miranda_da.pdf?sequence=1 Acesso em: 26. Agos. 2021.

DANTAS, J.R; NASCIMENTO, R.V; COUTO, E.S Rádio Web na escola. In:
BARBOSA, Jonei Cerqueira; SOARES, Leila da França. Novos aportes educacionais: relatos de experiências no município de Jeremoabo. Salvador, EDUFBA: 2018, p.211-225.

DESIDERÁ, L.; ZUBEN, M.V. Crianças e adolescentes usando a internet com segurança. In: Comitê Gestor da Internet no Brasil. TIC Kids online

Brasil: pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes. São Paulo: CGI, 2013c. p. 65-73.

DURAN, D. Analfabetismo digital e desenvolvimento: das afirmações às interrogações. Tese apresentada à Faculdade de Educação da USP para obtenção do título de Doutor em Educação. São Paulo, 2008. 223f.

FONSECA, M.C. Letramento Digital: uma possibilidade de inclusão social através da utilização de software livre e da educação à distância. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para a Universidade Federal de Lavras. Minas Gerais: FAEPE, 2005.

FERNANDES, F.L.S; SILVA, H.R. Inclusão digital e educação: possibilidades e desafios para tecnologia da informação na escola. Revista de Pesquisa Interdisciplinar, Cajazeiras, v. 1, Ed. Especial, p.307 313, set/dez. de 2016.

FERRETE, A.A.S.S; SANTOS, W.L. Inclusão digital na escola: Uma análise dos relatos de experiências dos professores da educação básica no município de Jeremoabo-BA. Revista Científica do UniRios, v.1, p.13-29, 2020.

FÁVERO, N.C; CARVALHO NETO, S; ROLAND, C.E.F. Inclusão Digital e Educação Básica: Um Estudo de Possibilidades de Aplicação de TIC no Ensino Fundamental. Nuevas Ideas en Informática Educativa, p.255-262, 2011.

GARCIA F.W. A importância do uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. *Educação a Distância*, Batatais, v. 3, n. 1, p. 25-48, jan./dez. 2013.

IMBERNON. F. Formação permanente do professorado: novas tendências. São Paulo: Cortez, 2009.

IMBERNON, F. Formação Docente e Profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010

KENSKI, V.M. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007.

LOPES, J.I; SALGADO, C.A.R.C; FORTUNATO, P.P. Inclusão digital nas escolas: um estudo de caso em uma turma do Ensino Fundamental de uma escola municipal no Noroeste de Minas Gerais. *Educação In Loco*, v.01, n. 01, p.27-44, 2020.

MORAIS, M. C.; LAURINO, D. P.; MACHADO, C. C. Práticas docentes atualizadas na ecologia digital. *Revista Renole novas tecnologias na educação*. v.II. n.3, 2013.

MERCADO, L.P.L. Novas tecnologias na educação: reflexões sobre a prática. Maceió: EDUFAL, 2002

MATTAR, João. Games em educação: como os nativos digitais aprendem. São Paulo, Pearson Pretice Hall, 2000.

OLIVEIRA, H.B de; MOURA, L.S; SOUSA, E, R de. TIC'S NA EDUCAÇÃO: a utilização das tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem do aluno. *Pedagogia em Ação*, v. 7, n. 7, p: 75-95, 2015.

PADILHA, M.A.S ABRANCHES, S.P. Pesquisando e aprendendo sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação como recurso didático- pedagógico para o ensino nas escolas da rede pública de ensino fundamental e médio. Relatório de Projeto de Extensão. PROEXT: Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

PADILHA, M.A.S. Inclusão digital como direito humano: a escola, seus sujeitos, seus direitos. *Debates em Educação*, v.10, n.22, p.192-204, 2018.

PRIOSTE, C. O adolescente e a internet: laços e embaraços no mundo virtual. São Paulo: Edusp, 2016.

PRIOSTE, C; RAIÇA, D. Inclusão digital e os principais desafios educacionais brasileiros. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 21, n. esp.1, p. 860-880, out./2017.

REIS, J.A.H; et al. Usos do WhatsApp como estratégia pedagógica. In: BARBOSA, Jonei Cerqueira; SOARES, Leila da França. *Novos aportes educacionais: relatos de experiências no município de Jeremoabo*. Salvador, EDUFBA: 2018, p.195-212.

SAMPAIO, C.T, SAMPAIO, S.M.R. Educação inclusiva: o professor mediando para a vida [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, 162 p. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/3hs/pdf/sampaio-9788523209155.pdf>. Acesso em: 18. Agos. 2021.

SAMPAIO, M.N; LEITE, L.S. Alfabetização tecnológica do professor. Petrópolis: Vozes, 2000.

SAMPAIO, M.N; LEITE, L.S. Alfabetização tecnológica do professor. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, E. S. Desigualdade social e inclusão digital no Brasil. Tese de Doutorado. IPPUR/UFRJ, 2006.

SILVEIRA, S. A. da. Exclusão Digital: a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SILVEIRA, S. A. da. Inclusão digital, softwares livres e globalização contra-hegemônica. In: SILVEIRA. Sérgio Amadeu da; CASSINO, João (Org). Software livre e inclusão Digital. São Paulo: Covad, 2011. Cap1, p. 17-47.

SILVA, M.A.R. Inclusão digital nas escolas públicas: o uso pedagógico dos computadores e o PROINFO Natal/RN. EDUFRN, 2018.66 p.

SORJ, B. Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília, DF: Unesco, 2003.

TEDESCO, Juan Carlos. O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna. São Paulo: Ática, 2004.

VIEIRA, Rosângela Souza. O papel das tecnologias da informação e comunicação na educação: um estudo sobre a percepção do professor/aluno. Formoso - BA: Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), 2011. v. 10, p.66-72.

WASELFISZ, J. J. Mapa das Desigualdades Digitais no Brasil. Brasília: RITLA, 2007.